

Paulo Henrique dos Santos Lucon
Eduardo José da Fonseca Costa
Guilherme Recena Costa
Coordenadores

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

ASPECTOS PROCESSUAIS DA LEI Nº 8.429/92

Arlete Inês Aurelli
Aroldo Limonge
Artur Carpes
Bruna Capelari
Dorival Moreira dos Santos
Dorival Renato Pavan
Edilson Pereira Nobre Júnior
Eduardo Arruda Alvim
Eduardo José da Fonseca Costa
Fábio Cardoso Machado
Francisco Barros Dias
Francisco Glauber Pessoa Alves

Guilherme Recena Costa
João Paulo Hecker da Silva
Marcos Destefenni
Mirna Cianci
Olavo de Oliveira Neto
Otávio Luiz Verdi Motta
Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
Paulo Henrique dos Santos Lucon
Renato Resende Beneduzi
Rita Quartieri
Rosmar Rodrigues Alencar
Susana Henriques da Costa

2ª Edição

atlas

Resumo de Improbidade Administrativa. Aspectos Processuais da Lei Nº 8.429/92

A Lei nº 8.429, de 2 de junho 1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, regulamentou o art. 37, § 4º, da Constituição de República. Dispõe ela sobre as sanções a serem aplicadas aos agentes públicos e a terceiros responsáveis por atos de improbidade administrativa.

A existência de mecanismos eficazes, efetivos e eficientes, voltados a assegurar o exercício adequado da função administrativa e a repressão de transgressões, é da mais alta relevância. Em um país como o Brasil, marcado como demonstrou Raymundo Faoro pelo patrimonialismo estatal e por um estamento burocrático formado por indivíduos que se julgam verdadeiros donos do poder, essa importância é redobrada.

Daí por que a ação de improbidade administrativa desperta atenção, não só como um tema palpitante das letras jurídicas, mas também por suas intensas repercussões na vida em sociedade como um todo.

Nesta obra, cientes da complexa superposição de matérias que marca a Lei de Improbidade Administrativa (na qual estão entrelaçadas questões de direito constitucional, administrativo, processual, civil e penal), o foco das atenções foi direcionado aos seus aspectos processuais.

Procurou-se, com isso, debater problemas e oferecer soluções para a melhor adequação do instrumento a uma situação substancial especialíssima identificada como uma pretensão de natureza civil, mas com forte caráter sancionador.

Contando com a colaboração de diversos autores advogados, juízes, membros do Ministério Público e professores, procurou-se oferecer uma obra que seja útil a todos aqueles que lidam com a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa e que anseiam pela tutela da coisa pública.

Obra de relevante interesse para os operadores do direito em geral, inclusive magistrados, membros do Ministério Público, defensores

públicos, procuradores e advogados públicos. Leitura complementar para profissionais da área jurídica que eventualmente tenham que se debruçar sobre a matéria.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)